

VIR IN CONCVSSIONE GENTIVM NATVS IN MVNDO.
PROPOSIÇÕES ACERCA DO PODER RÉGIO ENTRE ÁTILA
E OS HUNOS NO SÉC. V

Otávio Luiz Vieira Pinto
Orientação: Renan Frighetto

PALAVRAS-CHAVE: *Antiguidade Tardia; poder régio; Átila.*

Enquanto ciência forjada pela interpretação subjetiva do pesquisador, a História dialoga com paradigmas que, ao certo, estão inseridos no contexto social (e pessoal) particular daquele que a produz. As percepções de Civilização e Barbárie, neste sentido, são preponderantes numa análise historiográfica: encarnadas nas mais diversas tipologias e períodos, a dialética destes conceitos representa, grosso modo, uma apreciação pessoal em oposição à alteridade de outrem. Sob a pena de Clio, portanto, o historiador aponta, seleciona e delimita aqueles que pertencem à esfera do humano, do civilizado, do legítimo e aqueles que pertencem à esfera do inumano, do bárbaro, do bestializado. Ainda que possua encarnações lexicalmente variadas (moderno/primitivo, ocidental/oriental, desenvolvido/subdesenvolvido), o espírito conceitual de Civilização e Barbárie é o olhar primeiro da História que busca entender a si mesma a partir da auto-definição e da conseqüente exclusão e forja de uma alteridade pejorativa. É lente que, na constante lida intelectual, passa despercebida pelo erudito enquanto move a batuta principal de seu trabalho.¹

¹ Reinhart Koselleck denomina este contraste conceitual como “conceitos antitéticos assimétricos”. Para ele, “o movimento histórico sempre se realiza em zonas de delimitação mútua das unidades de ação, que também se articulam conceitualmente. [...] No mundo da história, quase sempre se trabalha com conceitos assimétricos e desigualmente contrários”. O que o autor aponta, dessa forma, é que deve-se questionar a construção excludente e taxativa dos “conceitos antitéticos assimétricos”, de forma a que se estabeleça uma historiografia preocupada e atenta a sua semântica conceitual. In: KOSELLECK, Reinhart.

Talvez não haja paradigma mais emblemático para esta percepção dualista do que o Império Romano. Em sua grandiosidade, Roma, ao que consideram a documentação e a historiografia, instaurava um círculo de civilidade e cultura para si e para aqueles que absorviam suas tradições e influências. O mundo romano (ou ainda, greco-latino) dá materialidade ao que se considera civilizado e legítimo; seus *limites* são os limites da própria civilização. Desde Edward Gibbon² – cuja voz ecoa, em certa medida, até a historiografia hodierna³ – o “declínio e queda” do Império representa o declínio e queda do próprio homem cultivado, diante da assustadora sombra do estrangeiro, do invasor, do bárbaro. Quer o contraste romano/estrangeiro ganhe feições positivas⁴ ou negativas⁵, o fato é que a clara ruptura imposta pela historiografia no que se convencionava

Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC Rio, 2006, p. 193.

² Cf. GIBBON, Edward. *The Decline and Fall of the Roman Empire*. III vol. Nova York: Modern Library, 1977.

³ Por um lado, Ginzburg nota a dificuldade de dissociarmos-nos do pensamento de Gibbon por este ser um dos pilares da historiografia moderna, unindo a “história filosófica” à La Voltaire e o estilo de pesquisa do Antiquário (GINZBURG, Carlo. *Relações de Força: História, Retórica, Prova*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 59); por outro, vemos na historiografia especializada trabalhos que, dentro de suas próprias críticas e especificidades, aproveitam a perspectiva de Gibbon para elaborar suas próprias teorias, cf. WARD-PERKINS, Bryan. *The Fall of Rome and the End of Civilization*. Oxford: Oxford Univ. Press, 2006; GOLDSWORTHY, Adrian K.. *The Fall of the West: the Death of the Roman Superpower*. Londres: W&N, 2009.

⁴ Lucien Febvre nota, a partir de Marc Bloch, que foi a necessidade da queda de Roma a mãe de uma Europa tal qual se configura culturalmente durante o Medievo e prossegue pelos séculos até os dias do autor. FEBVRE, Lucien. *A Europa: Gênese de uma Civilização*. Bauru: EDUSC, 2004, p. 85.

⁵ Alguns autores, como Macmullen e Goldsworthy apontam a decadência dos costumes e a corrupção do governo como um dos elementos destacados da queda romana – inclusive, traçando paralelos com nossos tempos. Dessa forma, fica evidente que a perspectiva do “fim da Civilização” é um elemento negativo que deve ser absorvido em nossa contemporaneidade como uma espécie de “lição social”, cf. MACMULLEN, Ramsay. *Corruption and the Decline of Rome*. Yale: Yale Univ. Press, 1990; GOLDSWORTHY, *op. cit.*

o fim do Mundo Antigo e o início da Idade Média está imbuída de identidade e alteridade, de percepções variadas de um mesmo ponto: a Civilização e a Barbárie.

Tal é o acorde para as narrativas acerca das “invasões bárbaras”: as monarquias romano-germanas, subsequentes à deposição de Rômulo Augustulo no ocidente, na quinta centúria de nossa era, são vistas como o trunfo do barbarismo, o *moto* inicial para uma época de trevas e obscurantismo medieval. O retorno ao universo civilizado viria com a iluminação do Renascimento e o despertar de uma latente cultura greco-latina.⁶ Ainda que o engessamento desta posição tenha sido flexibilizado já no início do século XX⁷, o debate epistemológico acerca dos reinos “bárbaros” ainda é controverso. É na tentativa de adentrar tal discussão e propor novos panoramas interpretativos que se inserem os objetivos primeiros desta monografia.

Nossa proposta, em primeiro lugar, posiciona-se em consonância com perspectivas historiográficas que visam romper com o paradigma do declínio e, por conseguinte, problematizar a aceitação, imposição, delimitação e resultados das perspectivas de Civilização e Barbárie. Para tal, utilizamo-nos de um conceito temporal que busca apontar as continuidades e transformações ocorridas entre o período romano e o medieval ocidental em detrimento das implicações epistemológicas da queda e ruptura brusca: a Antiguidade Tardia. Proposto inicialmente por historiadores alemães, ainda no século XIX, o termo ganhou força entre expoentes

⁶ A própria idéia epistemológica de um “Renascimento”, ou seja, uma transformação nas faculdades (artísticas, culturais e civilizacionais) do homem toma forma, no século XIX, com o mais famoso trabalho de Buckhardt, cf. BUCKHARDT, Jacob. *A Cultura do Renascimento na Itália*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

⁷ Os clássicos trabalhos do medievalista Marc Bloch apontaram caminhos para questionar a noção de barbarismo e “idade das trevas” para os séculos do medieval. Em especial, destacamos a fundamental obra de 1924, *Os Reis Taumaturgos*, cf. BLOCH, Marc. *Os Reis Taumaturgos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

como Jacob Burckhardt⁸ e Alois Riegl⁹, que viam na arte e na cultura dos séculos finais do Império Romano uma ruptura com os padrões clássicos e, ao mesmo tempo, uma prematuridade em relação aos modelos medievais. Assim, o conceito de *Spätantike* surge para suprir a carência explicativa desta lacuna temporal. Já na segunda metade do século XX, Peter Brown lança as bases definitivas de uma nova periodização, com a adaptação do conceito alemão para o inglês *Late Antiquity*¹⁰: para o historiador irlandês, a Antiguidade Tardia (*Late Antiquity* ou *Spätantike*) representa justamente este período que não é caracterizado nem pela Antiguidade nem pelo Medievo, mas possui uma tipologia própria, gestando então uma sociedade que deveria ser compreendida em suas peculiaridades.

Com o crescimento deste nicho da historiografia, mais e mais debates teóricos acerca da periodização tem surgido, e nossa pesquisa, na medida em que se insere neste espaço, deve dialogar com tais discussões. Arnaldo Marcone¹¹, Edward James¹² e Clifford Ando¹³ são alguns dos autores que, recentemente, questionaram a validade da ampla e geral aplicação do conceito, olhando com desconfiança para a perspectiva de transformação e continuidade que a idéia de Antiguidade Tardia tem trazido – para James, a naturalização destes aspectos tem criado uma distorção interpretativa

⁸ BURCKHARDT, Jacob. *Die Zeit Constantins des Großen*. Leipzig: E.A. Seemann, 1880.

⁹ RIEGL, Alois. *Die spätromische kunst-Industrie nach den Funden in Österreich-Ungarn im zusammenhange mit der Gesamtentwicklung der bildenden Künste bei den Mittelmeervölkern*. Viena: K. K. Hof- und Staats-druckerei, 1901.

¹⁰ BROWN, Peter. *The World of Late Antiquity: from Marcus Aurelius to Muhammed*. Londres: Thames & Hudson, 1971.

¹¹ MARCONE, Arnaldo. A Long Late Antiquity? Considerations on a controversial periodization. *Journal of Late Antiquity*. Baltimore: The John Hopkins University Press, vol. 1, no. 1, 2008, pp. 4-19.

¹² JAMES, Edward. The Rise and Function of the Concept “Late Antiquity”. *Journal of Late Antiquity*. Baltimore: The John Hopkins University Press, vol.1, no. 1, 2008, pp. 20 – 30.

¹³ ANDO, Clifford. Decline, Fall, and Transformation. *Journal of Late Antiquity*. Baltimore: The John Hopkins University Press, vol. 1, no. 1, 2008, pp. 31-60.

que tende a eliminar os conflitos, declínios e rupturas como conceitos válidos para a historiografia especializada, num pensamento que coaduna com aquele exposto por Bryan Ward-Perkins¹⁴ quando este salienta a perspectiva de uma decadência com o fim do mundo romano.

Pode-se apreender, deste debate, que a idéia de uma Antiguidade Tardia – ou seja, de um período que apresenta características próprias, continuando, transformando, reapropriando e interagindo elementos, essencialmente, de tradição romana, germana e cristã – pode ser analisada a partir de diversos prismas, sempre tendo como foco a especificidade do objeto estudado. Em nosso caso, tomamos como norte orientador as proposições de Renan Frighetto, que apontam para o estudo do mundo mediterrânico Tardo Antigo no plano político e institucional¹⁵.

Um segundo conceito primordial para nossa pesquisa monográfica diz respeito à Etnogênese. A partir de autores como Reinhardt Wenskus¹⁶, Herwig Wolfram¹⁷, Walter Pohl¹⁸ e Peter Hoppenbrouwers¹⁹, utilizamo-nos desta perspectiva metodológica como pilar para a compreensão de definições étnicas, como

¹⁴ Ward-Perkins, no decorrer de sua obra como um todo, aponta de fato o fim de uma civilização do ponto de vista material, urbano, arqueológico. Defende que 476 marca a ruptura com um estilo de vida tipicamente civilizado e a consequente ascensão de uma sociedade mais rústica e bárbara, cf. WARD-PERKINS, Bryan. *Op. cit.*, pp. 87-138.

¹⁵ Entre outras obras, citamos FRIGHETTO, Renan. *Cultura e Poder na Antiguidade Tardia Ocidental*. Curitiba: Juruá, 2000.

¹⁶ WENSKUS, Reinhardt. *Stammesbildung und Verfassung: Das Werden der frühmittelalterlichen gentes*. Ndr. Stuttgart 1977.

¹⁷ WOLFRAM, Herwig. *Die Goten: Von den Anfängen bis zur Mitte des sechsten Jahrhunderts*. Munique: Beck, 2001.

¹⁸ POHL, Walter. "Conceptions of Ethnicity in Early Medieval Studies". In: LITTLE, Lester K.; ROSENWEIN, Barbara H. (eds.). *Debating the Middle Ages: Issues and Readings*. Oxford: Blackwell Publishers, 1998.

¹⁹ HOPPENBROUWERS, Peter. Such stuff as people are made on: ethnogenesis and the construction of nationhood in Medieval Europe. *The Medieval History Journal*. Londres: Sage Publications, v. 9, n. 2, 2006.

ostrogodos, lombardos ou francos. A etnogênese, enquanto pressuposto que apregoa o estudo de um grupo a partir de seus próprios parâmetros, permite que compreendamos como, na Antiguidade Tardia, os diversos *regna* gestaram uma percepção política e social baseada no pertencimento a determinado círculo²⁰ e, por conseguinte, construíram padrões de identidade específicos.

A idéia de etnogênese, de caráter relativamente recente, ganha força com a chamada Escola Vienense de Antiguidade Tardia: idéia gestada primeiramente entre os pensadores da antropologia²¹, ela traça ferramentas metodológicas para que se compreenda a *formação* da identidade de um grupo sem que, para isso recorra-se ao fator biológico. Dessa forma, o estudo dos povos durante as migrações dos séculos III e IV sob o prisma da etnogênese permite que o historiador rompa com os pouco precisos limites raciais – evitando assim cair na infrutífera tarefa de definir, biologicamente, o que separa um hérulo, um burgúndio ou um godo – e encare a definição e o entendimento de um grupo a partir de matizes culturais e teóricos, de forma que a

²⁰ A idéia de um *selbsverständnisprozess*, ou seja, um processo de auto entendimento, como exposta por Hoppenbrouwers, significa uma dialética entre a noção do que pertence a determinado grupo e o que lhe faz oposição. Assim, a diferença entre ostrogodos e visigodos, por exemplo, dá-se muito mais como uma construção ideológica visando à sensação de pertença a determinado círculo do que, propriamente, como uma estática e certa distinção étnica. In: *Idem*, p. 196.

²¹ Mais especificamente, o termo surge enquanto um neologismo emprestado de trabalhos antropológicos cujo objeto de pesquisa envolve a etnicidade. Sua utilização específica nos domínios historiográficos surge com Reinhard Wenskus e a idéia do *Traditionskerne* (núcleo de tradição): para Wenskus, a definição de grupo e os elementos de tradição entre os primeiros germanos surgem de um núcleo delimitado de aristocratas guerreiros (cf. WENSKUS, Reinhardt., *Op. Cit.*). A partir de Wenskus, Herwig Wolfram funda uma sólida metodologia de pesquisa ao redor da idéia de etnogênese (WOLFRAM, Herwig. *Op. cit.*). Entre importantes pensadores da idéia de etnogênese, citamos GALK, Andreas. *Ethnogenese und Kulturwandel – Der Versuch einer Begriffsklärung*. Munique: Grin, 2008; FRIESINGER, Herwig; POHL, Walter; WOLFRAM, Herwig (org.). *Typen der Ethnogenese unter besonderer Berücksichtigung der Bayern*. 2 Vol. Viena: VÖAM, 1990.

tradição e o auto-conhecimento gestado internamente sejam os caminhos para a compreensão do período.

Num sentido mais geral, nossa monografia é orientada por uma análise filológico-histórica de análise das fontes, com atenção especial para os conceitos e terminologias apresentadas no documento primário (em sua língua original), procurando assim evitar o perigo do anacronismo na interpretação das idéias e das percepções apreendidas. Assim, buscamos definir, a partir dos termos da própria fonte, idéias como *rex*, *regnum*, *gens*, *imperium*, entre outros.

Por certo, a consciência dos pressupostos teórico-metodológicos da pesquisa permite-nos definir com clareza a delimitação de nosso objeto bem como sua pertinência. Dessa forma, a perspectiva de Antiguidade Tardia, bem como a ferramenta da etnogênese e a análise filológico-histórica permearam e deram a base para que possamos compreender, dentro de um debate epistemológico, como se define e se matura a idéia de poder régio dentro do universo das monarquias romano-germanas. Nossa análise centrou-se, contudo, não na formação de uma realeza germana, mas sim na presença de um grupo asiático nesta realidade: os hunos. Acreditamos que este foco de pesquisa pode auxiliar no entendimento deste povo pouco creditado em estudos mais críticos e, por conseguinte, notar a importância destes na forja desta realidade monárquica – a partir, novamente, de uma perspectiva de etnogênese em relação a estes bem como aos germanos submetidos ao poder huno.

Enquanto proposição que visa novas leituras e compreensões da Antiguidade Tardia, nossa pesquisa ancora-se eminentemente na análise e na investigação de documentação primária. Para melhor apreciação, selecionamos as edições que trouxessem transcrições do texto original latino ou grego – quando não foi possível, optamos por trabalhar com traduções conceituadas, como as da Editorial Gredos, Penguin Classics ou Loeb Classics.

Dentre uma grande gama de autores e obras, nosso foco primordial recai sobre o legado imperial Bizantino do século V,

Prisco de Pânio, responsável por nos deixar a única evidência escrita de um encontro com Átila – o autor grego relata a visita de uma embaixada romano-bizantina à corte do rei huno. Apesar de fragmentada, a obra contém grande riqueza de detalhes e informações preciosas para os estudiosos do período, podendo ser matéria-prima para uma nova análise política, social e cultural das relações entre grupos no século V. Para tal, utilizamo-nos da edição Le Monnier, em italiano, com transcrição do original em grego e tradução e introdução crítica de Fritz Bornmann. Os manuscritos utilizados nesta edição incluem todas as versões da *Excerpta de legationibus* de Constantino VII Porfirogênito e, em especial os códices Parigino 607 suppl. e Cantabrigiense Coll. SS. Trin. O. 3.23, encontrado e descrito pelo historiador esloveno do século XIX, M. Krašennikov.

O objetivo e objeto desta monografia, portanto, são os de esmiuçar e compreender como se configura, define e gesta o poder monárquico entre os hunos (em especial num período que compreende as duas mais poderosas gerações: Rugilas e, principalmente, Átila – na primeira metade do século V) e em que medida isso apresenta um impacto mais geral entre as próprias definições políticas dos germanos. Percebemos que o contato entre hunos e germanos dentro de um universo romano gestou as noções políticas dos primeiros, de forma a que a dinâmica e a interação dos elementos culturais e sociais dão o caráter de efervescência política da Antiguidade Tardia.

Tal esforço justifica-se enquanto produção intelectual uma vez que, além de problematizar as percepções temporais tradicionais com a inserção debatida do conceito de Antiguidade Tardia, também analise o pensamento político do período tendo em vista a idéia de Civilização e Barbárie dentro do contexto específico mas, principalmente, como sua importação para o olhar do historiador moderno implicou em visões negativas de ferocidade, ruptura e declínio. Procuramos, portanto, dar voz a estes aspectos e, sem dar maior atenção ao estereótipo sombrio que cerca o “açóite de Deus”, compreender como os hunos e seus povos submetidos podem sim sair

do campo da barbárie para adentrar o intrincado campo da teoria política e da história crítica e problematizadora.